

**VIANA, Luís**

\*gov. BA 1896-1900; sen. BA 1912-1920.

*Luís Viana* nasceu em São José do Riacho da Casa Nova, na margem esquerda do São Francisco, na Bahia, no dia 30 de outubro de 1846, filho do coronel José Manuel Viana e de Mariana Ribeiro Viana.

Após concluir o curso de humanidades em Salvador, no Ginásio Baiano de Abílio César Borges, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde colou grau em 1869. Regressou à Bahia, logo após a formatura, para atuar como promotor público da cidade de Xique-Xique. Em 1870 filiou-se ao Partido Conservador, sob a liderança de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe. Dois anos depois elegeu-se deputado provincial para o período 1872-1873, sendo reeleito para o biênio seguinte. Em 1874 ingressou na magistratura, ao ser nomeado por decreto imperial juiz municipal da comarca do São Francisco, e envolveu-se ativamente no jogo político da região. Em 1881 foi transferido para Santa Cristina do Pinhal, no Rio Grande do Sul, por motivos políticos, e retornou à Bahia em 1885 como juiz da comarca de Abrantes, atual Mata de São João. Após a morte de Cotegipe em 1889, e com o advento da República, tornou-se um dos líderes da ala conservadora da política baiana. No mesmo ano foi nomeado juiz da Vara dos Órfãos de Salvador, e no ano seguinte foi promovido a juiz seccional, cargo que hoje corresponde ao de juiz federal.

Em 1891 foi eleito senador para a Constituinte Estadual e tornou-se presidente da Assembleia que elaborou a primeira Constituição da Bahia. Promulgada a Carta, e feita a separação das casas legislativas, prosseguiu o mandato no Senado Estadual (1891-1896), do qual foi escolhido presidente. Ainda em 1891, diante da crise que levou à deposição do governador José Gonçalves, por ser o primeiro sucessor legal, na qualidade de presidente do Senado, foi convidado a assumir a direção do estado pelo general Tude, que assumiu o poder, mas recusou o convite. Preferiu renunciar à presidência do Senado estadual, alegando que “não compreendia governo sem força e, desde que a força não garante o governo, o governo que seja a força”. Diante da negativa do segundo substituto legal, o

presidente da Câmara Sátiro Dias, o general Tude continuou à frente do Executivo até o fim da crise, quando foi eleito o contra-almirante Leal Ferreira.

Em 1893 desentendeu-se com o ex-governador José Gonçalves, o que resultou na cisão do Partido Republicano Federalista (PRF) entre “vianistas” e “gonçalvistas”. No ano seguinte, a corrente vianista organizou o Partido Republicano Federal da Bahia. A disputa entre as duas correntes políticas resultou, no governo Rodrigues Lima, na duplicação do Poder Legislativo no Estado – em 1895 cada grupo deu posse a seus próprios deputados, reunidos em assembleias distintas. Em decorrência de viagem do governador à capital federal, ocorreu a duplicata do Poder Executivo, liderada por dois barões: o de Camaçari, chefiando o Executivo governista, e o de Jeremoabo, o oposicionista. A crise terminou com o regresso antecipado de Rodrigues Lima. Ainda nesse governo, Luís Viana alcançou o ponto mais alto de sua carreira jurídica, como desembargador e depois presidente do Tribunal de Apelação e Revista. Renunciou ao cargo em 1895 para candidatar-se ao governo do estado e foi eleito.

Tomou posse como governador da Bahia no dia 28 de maio de 1896. Decidido a melhorar o ensino, construiu o Ginásio da Bahia e a Escola Normal. No entanto, seu quadriênio ficou marcado por várias lutas interclãs no interior do estado, principalmente no sertão, onde foi construído o arraial de Canudos. Os primeiros combates à comunidade sertaneja liderada por Antônio Conselheiro foram desastrosos para seu governo. Acusado de fraqueza e conivência com os sertanejos, enfrentou forte oposição, inclusive da então poderosa e politicamente influente classe comercial de Salvador. Solicitou ajuda militar do governo federal, então chefiado pelo vice-presidente, o baiano Manuel Vitorino, mas as derrotas iniciais das forças federais repercutiram mal na sua administração.

Terminou o seu mandato de governador com muito baixa popularidade. Decidiu passar uma temporada na Europa e de lá regressou com a família em 1900, após o nascimento do filho. Ao desembarcar em Salvador, foi alvo de manifestações de repúdio, com vaias e apupos, não devidamente reprimidos pelo governador que o sucedera, Severino Vieira. O episódio selou o rompimento entre os dois.

Após uma década no ostracismo, Luís Viana retornou à arena política ao aliar-se com José Joaquim Seabra, então em plena ascensão rumo ao poder no estado. Ao lado dos “seabristas”, participou da campanha presidencial de Hermes da Fonseca, em 1909, contra a candidatura de Rui Barbosa. Foi um dos fundadores do Partido Democrata, criado pelos seabristas, e mais tarde presidiu a organização do Partido Republicano Conservador (PRC), de curta duração, devido ao assassinato do chefe nacional, senador Pinheiro Machado. No entanto, aliado aos seabristas, Luís Viana foi eleito senador federal em 1911, derrotando Severino Vieira, que se candidatara à reeleição.

As relações de Luís Viana com Seabra, porém, sempre foram tensas. Ambos ambicionavam a chefia política do estado. Quando se aliou nacionalmente a Pinheiro Machado, Luís Viana, como o senador gaúcho, estava desejoso de derrubar Seabra na Bahia. O rompimento entre os dois baianos concretizou-se em 1913, com a expulsão de Luís Viana do partido, após haver criticado J. J. Seabra numa entrevista. Na oposição, reconciliou-se com antigos rivais, como Severino Vieira e José Marcelino, e articulou a expulsão de Seabra do PRC. O governador, porém, conseguiu manter o poder no estado e fazer o seu sucessor, Antônio Muniz (1916-1920).

Na campanha presidencial de 1919, apoiou Rui Barbosa, contra Epitácio Pessoa. No âmbito estadual, aliou-se às oposições na luta contra o retorno de Seabra ao governo do estado, apoiando o juiz federal Paulo Martins Fontes na sucessão do seabrista Antônio Muniz. Durante a campanha eleitoral, disputas políticas entre coronéis do interior do estado provocaram instabilidade política, que foi manipulada por oposicionistas, por nelas verem uma possibilidade de intervenção federal, recurso que poderia favorece-los. A intervenção aconteceu, mas ao contrário do previsto, foi favorável a Seabra..

Após a posse de SEABRA, em 1920, Luís Viana embarcou para a Europa em companhia da esposa e filho. Mas não chegou ao velho continente, por haver falecido a bordo do paquete holandês *Limburgia*, aos 74 anos, no dia 6 de julho de 1920, ainda no exercício do mandato de senador.

Era casado com Joana Gertrudes Fichtner Viana. Seu filho Luís Viana Filho foi governador

da Bahia (1967-1971), ministro-chefe da Casa Civil (1964-1967), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1966), senador federal (1975-1983; 1984-1990) e deputado federal (1934-1937; 1946-1954; 1958-1965). Seu neto, Luís Viana Neto, foi professor e banqueiro até 1966. No ano seguinte foi eleito deputado federal (1967-1971; 1975-1979) e vice-governador da Bahia, no período de 1979-1983.

*Silvia Noronha Sarmiento/ Consuelo Novais Sampaio*

**FONTES:** ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 64); CARVALHO JUNIOR.,A. *Conselheiro* (p.157-158); *Diário da Bahia* (9, 13/7/1920). Falecimento do senador Luis Viana; As condolências de Rui Barbosa à Bahia; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.69-76); SENADO. *Dados biográficos dos senadores da Bahia*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; SOUZA, A. *Baianos*; Períodos Legislativos da Primeira República - 1890-1934. Acesso em 14 de out. 2005; *Tarde* (3/7/1913, 13/6/1917). Entrevista do senador Luis Viana; A Senatoria e o senador Viana.